



Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/11149>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v16i26.11149>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 16 | N. 26 | Jun., 2022, pp. 217-238

Submissão: 25/10/2021

Aprovação: 14/02/2022

ENTRE CAMINHOS E DESCAMINHOS: OS DESAFIOS, EMBARAÇOS E ENCANTAMENTOS DAS PESQUISAS PÓS-ESTRUTURALISTAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE

BETWEEN PATHS AND ROUTES: THE CHALLENGES, EMPHASIS AND CHARMS OF POST-STRUCTURALIST RESEARCH IN THE AREA OF EDUCATION, GENDER AND SEXUALITY

Marcos Lopes de SOUZA  

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB ¹

Laís Machado de SOUZA  

Centro Universitário de Tecnologia e Ciências - UniFTC ²

Roniel Santos FIGUEIREDO  

Centro Universitário de Tecnologia e Ciências - UniFTC ³

Thaís Santos SANTANA  

Secretaria Municipal de Educação de Jequié - SEMEC- Jequié-BA ⁴

Resumo: Neste artigo nos arriscamos a analisar os efeitos que as pesquisas pautadas na perspectiva pós-estruturalista produzem nas/os pesquisadoras/es que nela apostam. Para isso tomamos como análise as experiências de quatro pesquisadoras(es), um deles o orientador das(os) outras(os), no desenvolvimento de investigações que enfocaram as questões de gênero e sexualidade. Interrogamo-nos: quais as provocações, desarranjos e seduções possibilitadas pelas investigações pós-estruturalistas? O que as pesquisas produzidas com base na perspectiva pós-estruturalista tem a nos ensinar sobre a formação da(o) pesquisador(a)? Algumas vezes, essas pesquisas abalam as certezas que aprendemos com a modernidade, nos desnudando e problematizando esse lugar de pesquisador(a). Por outro lado, ao assumirmos os desafios e embaraços, nos reinventamos. Inclusive, os espaços escolares em que essas pesquisas adentraram nos provocaram a mudar de caminhos, a desistir de alguns propósitos e a tomar outros direcionamentos. Quiçá, as pesquisas pautadas na perspectiva pós-estruturalista abram os caminhos para enfrentarmos o (des)conhecido.

Palavras-chave: Pós-estruturalista. Escola. Gênero. Sexualidade. Experiência.

Abstract: *In this article, we venture to analyze the effects that research based on a post-structuralist perspective produces on researchers who bet on it. For this, we took as an analysis the experiences of four researchers, one of them the advisor of the others, in the development of investigations that focused on gender and sexuality issues. We ask ourselves: what are the provocations, disruptions and seductions made possible by post-structuralist investigations? What research produced based on the post-structuralist perspective must teach us about the formation of the researcher? Sometimes, this research shakes the certainties that we have learned with modernity, denuding and problematizing this place of researcher. On the other hand, when we take on challenges and embarrassments, we reinvent ourselves. Also, the school spaces in which this research entered caused us to change paths, to give up on some purposes and to take other directions. Perhaps, research based on a post-structuralist perspective opens the way for us to face the (un)known.*

Keywords: *Post-structuralist. School. Gender. Sexuality. Experience.*

¹ Pós-doutor em Educação pela UFJF. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade e do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Jequié, BA. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades. E-mail: markuslopessouza@gmail.com.

² Professora Assistente do Centro Universitário de Tecnologia e Ciências - UniFTC. E-mail: laimachado18@gmail.com.

³ Professor Assistente do Centro Universitário de Tecnologia e Ciências - UniFTC. E-mail: ronielbiologia12@gmail.com.

⁴ Professora de Biologia da Secretaria Municipal de Educação de Jequié, Bahia. E-mail: thaisantana.20@gmail.com.

POR ONDE COMEÇAR?

Abraçar a perspectiva pós-estruturalista tem sido um dos grandes desafios para nós que optamos por este caminho. Nos diferentes momentos em que apresentamos nossas pesquisas aos nossos pares e assumimos como escolha teórico-metodológica a ótica pós-estruturalista, vemos, nas expressões de muitos(as), um certo desdém ou desconfiança em relação ao nosso trabalho, como se nossas pesquisas perdessem a validade científica e, que portanto, nesta perspectiva, tudo valeria.

Como já relatado por Veiga-Neto (1996) e Louro (2007), as pesquisas embasadas na ótica pós-estruturalista não abrem mão de tudo, mas investem em um autoquestionamento permanente. Por contestarmos a existência, não de um possível script, mas, de um roteiro prescritivo e fixo e, por trabalharmos com as respostas provisórias e inacabadas, empenhando-se na produção de perguntas, e escapando da tentação em colocar um ponto final em nossas análises, somos lidas(os) como quem desenvolve suas pesquisas sem fundamentação científica ou como quem a distorce.

Esse descrédito quanto à visão pós-estruturalista, em um primeiro momento, nos causa um grande incômodo e angústia, pois nos parece que há uma certa perseguição em relação aos estudos que se enveredam pelos caminhos das perspectivas pós-modernas, pós-críticas e pós-estruturalistas. Por que nossas pesquisas causam tantos incômodos e repulsas em outros(as) pesquisadores(as) ao ponto de se empenharem mais em nos desqualificar do que em dizer como pensamos e fazemos nossas investigações?

Entendemos que todo referencial é passível de crítica, mesmo porque, são formas de interpretação do mundo e, portanto, conforme os olhares que se constituem sobre a realidade, é possível vermos algumas coisas e não outras, sermos tocadas(os) e seduzidas(os) por determinadas questões, que não afetam outras perspectivas, ou as atingem de maneira diferente.

Desta forma, não nos perturbamos com os questionamentos em si, mas por serem dirigidas de forma mais contundente e, em alguns casos, exclusivamente, a nós e tantas(os) outras(os) que pesquisam com base na crítica pós-estruturalista. Talvez, sejamos um dos alvos dos olhares duvidosos sobre os referenciais teórico-metodológicos e, por outro lado, isso também nos instigue a pensar e a rever permanentemente como fazemos nossas pesquisas e a nos refazer enquanto pesquisadoras(es).

Provocadas(os) por essas situações, decidimos escrever este texto com base em duas questões norteadoras: quais as provocações, desarranjos e seduções possibilitadas pelas investigações pós-estruturalistas? O que as pesquisas produzidas com base na perspectiva pós-estruturalista têm a nos ensinar sobre a formação da(o) pesquisador(a)?

Com o propósito de destrincharmos essas questões e construirmos respostas momentâneas, tomamos como base a experiência de duas pesquisadoras e um pesquisador que desenvolveram suas dissertações em programas de pós-graduação *stricto sensu* na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Jequié, BA.

Baseando-se em Jorge Larrosa (2002), entendemos a experiência como os processos que fomentam mudanças em nós mesmos, aquilo que nos acontece e nos surpreende. Nem tudo é experiência, pois apesar de vivermos muitas coisas, nem todas nos afetam ou nos tocam. Por outro lado, aquilo que nos acontece, de alguma maneira, nos forma, nos deixa marcas e produz efeitos em nós. Conforme Larrosa (2007, p. 151): “mostrar uma experiência é mostrar uma inquietude”, assim sendo, interessa-nos, neste trabalho, discutir as inquietações e os novos sentidos que construímos sobre o fazer pesquisa e sobre o produzir-se enquanto pesquisador(a).

Para discorrer sobre como o caminhar pela perspectiva pós-estruturalista nos (trans)formou enquanto pesquisadoras(es), apresentaremos três seções em que cada autor/a deste trabalho que desenvolveu sua pesquisa de mestrado, recentemente, discutirá suas experiências por meio de três eixos: a nossa relação com as pesquisas que construímos, os incômodos que atravessam o pesquisar e os nossos estudos como processos transformadores. Depois dessas seções apresentaremos algumas sínteses parciais frente às questões em que nos debruçamos neste trabalho.

EMBARAÇOS, ESCAPES E TRANSGRESSÕES NA [RE]CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISADORA DE GÊNEROS E SEXUALIDADES

Permitam-me apresentar: sou uma pesquisadora negra, cis, hetero, com formações iniciais em Ciências Biológicas e Enfermagem e mestra em Educação Científica e Formação de Professores(as). Sou envolvida e implicada com os estudos de corpo, gêneros e sexualidades, na perspectiva pós-estruturalista, que desenvolvo, especialmente, nas áreas da educação e saúde. Destaco que essa escrita é resultado de um mergulho de cabeça nos meus embaraços, escapes e transgressões, que emergiram (e me fizeram imergir) do debruçamento sobre alguns aspectos da pesquisa desenvolvida no âmbito do mestrado e os seus efeitos sobre minha constante [re]construção enquanto pesquisadora.

Na pesquisa intitulada “*Não morreram de amor, morreram de promiscuidade*”: *discursos de professoras sobre a Interface entre sexualidade e saúde durante momentos formativos mediados por artefatos culturais*”, assumi o desafio de construir e desenvolver espaços formativos sobre sexualidade e saúde com três professoras que lecionavam a disciplina Educação para a Sexualidade em uma escola municipal dos anos finais do ensino fundamental em Jequié, BA. Nesse desafio,

utilizamos (eu e o orientador), como instrumentos de mediação, os materiais educativos diversos, explorando-os e interrogando-os na condição de artefatos culturais (SOUZA; SOUZA, 2018).

Innana, Afrodite, Vênus (nomes fictícios) e eu fomos participantes da pesquisa supracitada, embora a minha percepção enquanto pesquisadora, e intimamente implicada com meu trabalho, apenas tenha vindo à tona no decorrer da pesquisa em andamento e, mesmo nesse momento, tive sérias dificuldades em assumir esse lugar. É a partir desse gatilho que a pesquisa pós-estruturalista começa a me chamar para um diálogo mais íntimo e comprometido que me levaria a visitar meus processos constitutivos e interrogá-los. Em suma, a recusa sutil e escorregadia em assumir meus embaraços e incômodos diante das discussões de corpo, gêneros e sexualidades, me guiaram na produção desse texto que diz, antes de tudo, sobre a [re]construção de uma pesquisadora de ousadia e viadagens.

Introduzo esta viagem aos meus processos constitutivos apoiada na problematização de minha própria escrita, por entender que, talvez, aquilo que escrevo diz muito mais sobre mim e minhas [des]construções do que sobre o conteúdo, propriamente dito. A seleção daquilo que eu investigo não admite neutralidade; afinal, toda escolha é interessada. Nesse sentido, geralmente elejo aquilo que me toca, me desestabiliza, me provoca... aquilo que me desafia a "pôr o dedo" na ferida.

Assim, ousou dizer que, para além de ser tocada por aquilo que investigo, também sou parte dele. Constituímo-nos mutuamente. Embora essa seja uma percepção contestada por pesquisadores(as) mais tradicionais, cuja escrita se ampara na supervalorização do dito "distanciamento seguro" entre pesquisador(a) e suas temáticas de pesquisa, mesmo eles(as) não conseguem fugir dos meandros de suas subjetividades, pois a escrita sempre nos entrega. E é importante que enxerguemos isso enquanto potência.

Corroborando com a percepção que trago até aqui sobre a perspectiva subjetiva de nossa escrita, Louro (2007) afirma que o modo como escrevemos está relacionado com as escolhas teóricas e políticas que fazemos ao longo da vida e, estas, por sua vez, têm caráter transitório, permitindo também os trânsitos de nosso processo produtivo e possibilita o movimento de ir e vir no contexto de nossa própria [des]construção.

Nesse sentido, considero a escrita enquanto processo constitutivo de mim e de mediação entre quem fui, quem sou e quem serei amanhã. Desafio a realizar a leitura dessa pesquisadora que vos fala alicerçada na interrogação de sua escrita: que interpretações são possíveis a meu respeito, de minhas heranças históricas e de meus processos? Em suma, quem minha escrita diz que sou?

Tendo dito isto, e na condição de pesquisadora negra que se debruça sobre os estudos de Gênero e Sexualidade, em uma perspectiva pós-estruturalista, assumo também o desafio de colocar sob suspeita a minha escrita, que antes de qualquer coisa, diz muito de minhas andanças, meu embaraços, meus escapes e minhas transgressões na pesquisa e na vida. Destaco ainda que o limiar entre minhas pesquisas e minha vida é bem tênue; ao ponto de, em determinados momentos, vida e pesquisa se confundirem.

E nesse momento de intimidade com meu processo vem, à minha lembrança, as palavras Richard Parker, em uma entrevista que ele concedeu à Regina Maria Barbosa e Estela Maria Leão de Aquino na revista *Cadernos de Saúde Pública*. Segundo Richard Parker:

Para qualquer pessoa que investigue sexualidade, raça, gênero, ou qualquer outro fenômeno que, de uma forma ou de outra, esteja relacionado com as dimensões mais pessoais da identidade e da subjetividade, existe sempre uma negociação entre quem você é e como vai construir seu próprio campo de investigação (BARBOSA; AQUINO, 2003, p. 458).

Parker traz à tona um conceito que faz parte de minha vida há algum tempo: o da negociação. Compreendo aqui a negociação como um processo atravessado por incômodos, questionamentos e transformações. E fundamentada nessa compreensão, compartilho um dos principais gatilhos que desencadeou as minhas primeiras negociações entre subjetividades e pesquisa/escrita pós-estruturalista: o protestantismo, do qual fiz parte, durante mais de 20 anos. Estar em uma instituição religiosa que julga ser detentora de uma verdade universal e que, por meio de medidas prescritivas oriundas, em sua maioria, de interpretações equivocadas do livro intitulado como “bíblia sagrada”, cria e propaga a separação entre os considerados santos e os pecadores, os “ímpios” e os fiéis, os herdeiros do “céu” e os merecedores do inferno.

Nesse contexto, após 15 anos de vivência religiosa protestante, eu me descobri pesquisadora pós-estruturalista e passei os cinco anos seguintes ocupando esse entre lugar, onde de um lado estavam os estudos de corpo, gênero e sexualidade, me impulsionando a questionar as verdades universais, seguras e estáveis que foram historicamente construídas nesse campo e a explorar os aspectos de dominação e de resistência; e do outro, a igreja evangélica me exortando a aceitar os desígnios divinos (mais obediência, menos questionamento), a internalizar a naturalidade biológica irrefutável do gênero binário e a heterossexualidade compulsória como forma de agradar a deus.

Conseguem imaginar o tamanho da transgressão que é se constituir enquanto “pesquisadora de viadagem” em uma perspectiva que não trabalha com verdades, mas com regimes de verdades (LOURO, 2007) e, ao mesmo tempo, tentar viver a espiritualidade no contexto de uma religião

carregada de certezas cruéis e preconceituosas? Naquele ambiente eu fui a dúvida e a personificação do dissenso. Sentia como se as únicas certezas aplicáveis à minha condição naquelas circunstâncias fossem a de pecadora e forte candidata ao inferno. Eu percebia que havia um interesse enorme, embora não relatado, por parte dos demais membros, de “me aproximar mais de deus”.

Ainda assim, contrariando o que se espera de alguém que vive em zona de conflito, eu não me permiti me retirar; ao contrário: assumi esse entre lugar como modo de resistência. Louro (2007) o descreveria como um lugar de provocação de polêmicas, de discussão e do dissenso, cujo objetivo é promover modificações nas convenções e regras e desestabilizar o que está posto; se não em todo o sistema, ao menos em mim mesma. Assim, me desafiei a desestabilizar o conhecimento religioso por meio de um exercício contínuo de [des]aprender. Pensando nisso, agora, acredito que eu tenha sido pós-estruturalista desde antes de tomar consciência disso. Apesar de muita história ainda caber nesse contexto, sigamos, pois esse é assunto para outros momentos...

Um segundo gatilho, percebido recentemente, foi o meu processo de construção enquanto pesquisadora pós-estruturalista que perpassou pelos desafios enfrentados em relação ao meu autorreconhecimento enquanto mulher e pesquisadora negra. Esta falta de reconhecimento de minha negritude foi incutida em minha vida desde muito cedo por familiares, amigos e meu círculo de convivência. Por muito tempo, fui destituída da sensação de pertencimento que sempre almejei e, por muitas vezes, conclui: não sou branca nem preta, logo, estou no meio do caminho. Mas, existe meio do caminho quando se trata de relações raciais?

No anseio por compreensão identitária, eu ainda mais recentemente busquei alguns estudos que pudessem ser capazes de me empoderar enquanto uma mulher negra e me possibilitar transgredir mais um entre lugar. Não se espantem com o quantitativo de entre lugares que já estive; ainda hoje ocupo muitos deles. Fazem parte de meu processo [trans]formador.

Nos estudos que realizei, me deparei com o paradigma da morenidade, corrente que surgiu após a Segunda Guerra Mundial e que, de acordo com Rosa (2014), ampara-se no conceito de moreno que designa aquele que não seria nem preto e nem branco e que, portanto, poderia obter reconhecimento social. O mestiço, nesse sentido, passa a ter, supostamente, um maior *status* em relação ao negro (BARROS, 2009).

Desde criança, o status do mestiço me marcou, especialmente, quando por questões relativas, exclusivamente, à cor da pele (comparativamente ao restante do meu círculo familiar), me denominavam branca; invisibilizando outros aspectos fenotípicos (lábios grossos, narinas alargadas e achatadas, etc.), genotípicos, sociais e culturais que me constituem, para evocar os “privilégios” que

a menor quantidade de melanina me proporciona. Eu nunca soube quais eram esses privilégios, embora também não me sentisse digna de usufruir das conquistas de direitos da população negra, como a política de cotas e, por isso mesmo, nunca antes tinha sido optante.

Reconhecer-me como mulher negra foi uma ruptura dolorosa, pois essa se deu na mesma perspectiva de quando me roubaram o direito à minha pertença enquanto negra: sob a acusação de querer ocupar um lugar que não era meu, só que, dessa vez, o lugar supostamente almejado por mim era o de uma mulher branca. Entretanto, isso que aqui me refiro como um confronto necessário, pela capacidade de me desestabilizar, me permitiu também o alcance de um autorreconhecimento ainda maior enquanto pesquisadora pós-estruturalista; afinal, eu pessoalmente rompi com uma estrutura classificatória das diferenças fundamentada na raça.

Subverter o conceito simplista de raça e pensá-la como constructo sócio-histórico e cultural torna-se um oásis para quem se envereda pelas pesquisas que fazemos. Mas, a minha compreensão disto só foi possível diante do incômodo de ser uma negra fora de lugar. Essa negociação da minha relação com a pesquisa pós-estruturalista em interface com as questões raciais pode ser facilmente sintetizada fazendo menção ao trecho do diálogo do ativista sul-africano Steve Biko, um dos precursores das pesquisas de identidade racial branca, com um Juiz no ano de 1978:

Juiz Boshoff: Mas então por que vocês se referem a si mesmos como “negros”? Por que não pessoas “marrons”? Quero dizer que vocês são mais marrons do que negros.
Biko: Do mesmo modo como eu acho que as pessoas brancas são mais cor-de-rosa, e amarelas ou pálidas do que brancas. (BIKO, 1990, p. 129).

Nesse ponto, não posso deixar de destacar os estudos pós-estruturalistas como possibilitadores de processos transformadores em relação ao equívoco ainda existente na constituição discursiva de identidades racializadas negras, sem levar em consideração uma variedade de marcadores que perpassam pela cor da pele, o pensamento biológico sobre raça e o lugar social (GUIMARÃES, 2011).

Ainda para contextualizar minhas andanças pelos caminhos do pós-estruturalismo, trago, nessa escrita com traços autobiográficos, os meus processos de constituição enquanto uma pesquisadora de corpo, gêneros e sexualidades. E como já sabem, essa escolha de forma alguma foi indiferente. Corpo, gênero e sexualidade também estão presentes em minha vida, desde muito cedo, embora as produções discursivas em torno dessas vivências sejam muito atuais e decorram de processos de escapes e transgressões, que, para mim, são muito caros. Escrever sobre isso sempre foi muito desafiador, tanto que nunca antes me permiti fazê-lo.

Como expus anteriormente, passei parte de minha infância e toda minha adolescência sob o crivo da igreja evangélica, de modo a seguir as doutrinas, costumes e ordenanças religiosas. Nesse contexto, o que mais me gerava incômodos sempre foi o lugar do feminino nas [re]produções das relações de gênero produzidas pela igreja.

Esse lugar menor, limitado e cuja submissão ao masculino é uma das premissas mais importantes nas sociedades evangélicas do Brasil, vai muito além das relações conjugais. A subordinação perpassa pelas distinções de cargos na igreja; a exigência de vestimentas, que “escondam” o que só é permitido mostrar em uma relação matrimonial, sob pena de ser advertida e até penalizada com maiores limitações de suas atividades naquele grupo social e a defesa da existência de hierarquia nas relações afetivo-sexuais sob a premissa de que “o marido é a cabeça da mulher, como também cristo é a cabeça da igreja, sendo ele próprio o salvador do corpo” (BÍBLIA, Efésios, (BÍBLIA, Efésios, 1992, p. 1502).

Trabalhar com as relações de gênero, na perspectiva pós-estruturalista, foi pra mim, como soltar o grito da garganta, como romper com um sistema de controle que me aprisionava por meios do discurso da “boa e agradável vontade divina” para os/as seus/suas filhos/as.

A sexualidade surge em um contexto bem mais perturbador de minha infância e adolescência: o do abuso sexual. Fui vítima de abuso desde a infância (a idade não me atrevo a arriscar, mas foi desde que me lembro) até pouco antes de completar 15 anos de idade, quando o abusador faleceu. Trago a igreja como também implicada nessa parte de minha escrita para problematizá-la, na condição de silenciadora dessas práticas e, em alguns casos, de autorizadora de práticas violentas, uma vez que, o silêncio de uma instituição é deveras barulhento, no sentido de que acaba por validar uma série de violências física, moral e sexual nesses espaços.

A violência que sofri, por muitos anos, foi validada, não pela omissão, mas, pelo próprio discurso de um líder religioso, que ao ser procurado por um familiar, a quem contei parte dos abusos sofridos, nos últimos anos, e que buscava a orientação de um “homem de deus”, este, prontamente, o orientou a esquecer e perdoar pelo bem e manutenção da sagrada família, unida pelo laço do matrimônio. Isso é o que poderíamos chamar então de abuso institucionalizado?

Como puderam ver, fui construída nesse espaço invisibilizado, silenciado e violentado. Enquanto nos escritos supracitados me permito pensar em entre lugares, aqui não cabe nenhuma caracterização que não seja o não-lugar. E por estar em um não-lugar, por muito tempo, você começa a criar rotas de fuga e de escapes, pois o entre lugar angústia e o não-lugar sufoca.

Dessa maneira, é, relativamente, fácil compreender porque os meus trabalhos com gênero, corpo e sexualidade são constructos motivados e mediados pelas experiências de vida e formativas pelas quais passei e pelos fatos e eventos que me aconteceram e que, de certa forma, me tocaram e me marcaram. Assim como é também possível tecer relações com as dificuldades, que compartilho com vocês no início desse texto, de me assumir enquanto participante de minha própria pesquisa de mestrado.

A pessoa dessa escrita não é a mesma de outrora e atribuo isso, também à perspectiva pós-estruturalista, que embala a minha pesquisa/vida ao me desafiar diariamente a subverter. E em suas pesquisas/vidas, o que desejam subverter hoje?

ENTRE VIADAGENS, MACUMBAS E [TRANS]FORMAÇÕES: A PRODUÇÃO DE UM PESQUISADOR

Quais os desafios e atravessamentos participam da trajetória de um/a pesquisador/a das questões de raça/etnia, gênero e sexualidade em uma perspectiva pós-estruturalista? Como os nossos trabalhos nos tocam e tocam as pessoas com as quais convivemos? Quais as epistemologias viadas e macumbeiras que nos movimentam e fazemos operar em nossos trabalhos? Questões com esse teor me encorajaram na escrita desse texto, mas gostaria de iniciá-lo de forma honesta, dando um *spoiler*⁵ do seu final: Eu não me proponho a respondê-las! Ao menos, não de forma objetiva como outras perspectivas teóricas se propõem.

A partir de caminhos pós-estruturalistas, me sinto confortável em movimentar essas questões a partir da minha própria vivência e experiência enquanto pesquisador. Sem a tentativa de gerar enquadramentos ou metanarrativas, prefiro aventurar-me em pensar o local, o pequeno e o caráter inventivo das nossas produções que dialogam entre si na composição de um campo de saber, de uma área de conhecimento.

O meu processo de construção enquanto pesquisador se inicia antes da vivência acadêmica, pois acredito que se inquietar com as questões tidas como “cotidianas” já diz de um processo disparador de pesquisa. Não me refiro aqui, necessariamente, a uma pesquisa científica com embasamento teórico-metodológico e que contribua diretamente para um campo do saber, pois essas questões eu só fui ter acesso no ambiente acadêmico bem mais tardiamente. Apesar de me afastar das afirmações categóricas, posso dizer que, em minha perspectiva, as pesquisas surgem das inquietações,

⁵ *Spoiler* é uma expressão da língua inglesa, originada do verbo *spoil*, que significa estragar, revelando antecipadamente informações sobre um determinado conteúdo antes de a pessoa ter acesso a ele.

estranhamentos, curiosidades e mais que isso, as nossas pesquisas surgem também das nossas marcas, dos desafios que atravessam a nossa experiência humana em [re]existir em uma sociedade sexista, xenofóbica, LGBTTQIA+fóbica e racista. Assim, entendo que pesquisar é aventurar-se no desconhecido, ou até no conhecido, mas com um olhar questionador que rompe com o caráter de normalidade que socialmente foi construído.

Assim, parafraseando Djaimilia Pereira de Almeida⁶ (2017) posso dizer que pesquiso como uma forma de dar sentido a minha própria vida, de aproveitá-la em prol de lutas que me mobilizam, pois pesquisar, para mim, é uma questão de vida ou morte. Afinal, em um contexto em que constantemente saberes discriminatórios são legitimados e ganham valor de verdade, culminando em processos de exclusão, violência, violação e morte das pessoas consideradas “diferentes”, pesquisar sobre as questões de etnia/raça, gênero e sexualidade é se inscrever nas relações de poder, contribuindo para que saberes transgressores e indisciplinados emergjam. É, literalmente, uma questão de vida ou morte!

226 Demarco a minha caminhada como pesquisador desde a infância quando as marcas de raça, gênero, classe e sexualidade me interpelaram e, continuamente, tentaram me colocar em determinados lugares. Recordo-me de alguns momentos, por certo existiram muitos outros, em que explicitamente essas questões se apresentaram em minha história. Partirei de uma dessas lembranças para dizer um pouco sobre os caminhos que me trouxeram a discutir essas temáticas: quando criança eu gostava de fazer doces de “açúcar queimado⁷” e minha bisavó, em um dado dia, brincou com a seguinte expressão: “É o mestre-cuca da família!”. Senti-me muito ofendido com aquela fala, chorei copiosamente naquele dia, pois parecia que a minha bisavó havia me xingado daquilo de pior que poderia existir. Por eu não saber o que a expressão mestre-cuca significava, associei a palavra “cuca” a uma travesti que vivia na cidade em que eu nasci e era chamada dessa forma, apesar de reivindicar, constantemente, ser nomeada como Vera.

No contexto daquela cidade de pouco mais de 20.000 habitantes, Vera era quase que uma figura folclórica de tão marginalizada, ridicularizada, foco de diversas discriminações e preconceitos. De modo que ser chamado de Cuca, naquele contexto, era sinônimo de um xingamento, talvez um dos piores! Enquanto criança, eu sabia que não era o lugar considerado como “ridículo”, “exagerado”, “excêntrico” que eu desejava ocupar durante a minha vida, pois em mim foi criada a ideia de que ser

⁶ Essa frase foi proferida pela autora ao participar da 15ª Festa Literária Internacional de Paraty – FLIP (2017). A frase original é: “Escrevo para não desperdiçar a minha vida. Seria uma vida sem viver, uma vida mal aproveitada. Para mim, escrever é uma questão de vida ou morte”.

⁷ É uma forma de fazer caramelo com açúcar e água.

significado como Vera era algo indesejável. Naquele momento, apesar da pouca idade, o meu desejo era de estar no centro, ou talvez, de que não houvesse centros, para que não existissem também margens e eu não fosse “obrigado” a ocupá-las. Na maioria das vezes, no entanto, não foi possível escapar dessas marcas e precisei repensá-las, ressignificá-las e, a partir do campo da pesquisa, me debruçar sobre os processos produtivos que, historicamente, foram construídos para designar o lugar de Cuca à Vera e, em muitos momentos, a mim.

Considero importante situar você, leitor/a, sobre quem sou, neste espaço-tempo em que escrevo este texto, e quais as marcas da diferença se configuram em minha trajetória: sou um homem, *cis*, negro, gay, licenciado em Biologia, professor da educação básica e do ensino superior, doutorando, nascido em uma cidade interiorana da Bahia. Não necessariamente nessa ordem, essas marcas me [de]formam e transcorrem em minhas pesquisas e escritos. Entendo que estabelecer o lugar em que falo, mesmo salientando a provisoriedade que perpassa alguns desses aspectos, diz do meu corpo de pesquisador e dá pistas dos meus interesses e das minhas construções epistemológicas.

Concordo com o Júlio Sanches (2020, p. 44) ao dizer que:

o meu lugar de fala é destacado pelo processo de subjetivação que forjou esse eu que sou. Esse mesmo eu vive na encruzilhada interseccional, sendo atravessado por todas essas dimensões sociais que contribuem, em suma, para o modo de sentir o mundo e sentir no mundo.

Partindo dessa premissa, não é por acaso que me tornei um pesquisador interessado nas questões de corpo, gênero, sexualidade, relações étnico-raciais e educação. Talvez as minhas pesquisas sejam também um acerto de contas comigo mesmo e com as instituições que me forjaram e que muitas vezes nas entranhas dos seus movimentos ora gritantes, ora silenciosos, tentaram, sem sucesso, me escorraçar. Entendo assim como a Megg Oliveira (2020) que, voltar aos espaços que nos marcaram, é uma forma de acerto de contas com o passado, a partir de outro lugar, sem todos os medos, sentimentos de culpa ou necessidade de expressar-se conforme o modelo *cisheteronormativo* que, muitas vezes, nos submetemos.

A criança que aprendeu desde muito cedo o seu lugar diz muito sobre o adulto-pesquisador que sou, sobre o corpo que habito, sobre os movimentos e estratégias de resistência que aprendi com o tempo. Diz também sobre as linguagens que utilizo para acessar aos ambientes acadêmicos. Assim, para mim, pesquisar/escrever sobre essas questões, simbolicamente, é como embalar nos braços a criança que não queria ser “Cuca” e mostrar para ela que não há nenhum mal em sê-lo, que o problema não estava com a Vera, ou “Cuca”, mas com as pessoas que insistiam em delimitar lugares menores a qualquer expressão da diferença.

Hoje mais que um pesquisador de corpo, gênero, sexualidade, etnia/raça, assumo que sou pesquisador de macumbas e viadagens, como em alguns momentos da minha trajetória acadêmica fui chamado. A princípio isso me incomodou, hoje, no entanto, assumo esse lugar com muito orgulho. Esse “rótulo” veio durante a minha pesquisa de mestrado em que analisei os discursos sobre relações étnico-raciais, gênero e sexualidade que emergiram do trabalho desenvolvido por uma professora umbandista com as questões das diferenças em uma escola periférica. Neste texto não me dedicarei a discutir sobre os desdobramentos que a presença e o trabalho dessa professora geraram na comunidade escolar, pois já o realizamos em outros trabalhos (FIGUEIREDO; SOUZA, 2018; 2020), mas pretendo pensar sobre minha constituição enquanto pesquisador no desenrolar desta pesquisa.

Neste processo quero salientar os incômodos que, muitas vezes, perpassam as nossas pesquisas pós-estruturalistas, pois os movimentos de pesquisa nessa perspectiva teórico-metodológica não são tranquilos. Ao contrário, as inquietações, os incômodos, as incertezas fazem parte de nossa trajetória de estudo e escrita. Nesta mesma direção, Castro (2020) percebe que a intranquilidade é um importante componente das pesquisas pós-estruturalistas e que ao invés de buscarmos superá-la, é interessante darmos vazão às inconstâncias, incertezas e utilizar de suas potencialidades.

Lembro-me que um dos primeiros incômodos que perpassou a pesquisa que realizei no mestrado foi o meu contato com as religiões de matriz africana, pois apesar de ser negro, o discurso que demoniza essas religiões também me capturou em diversos momentos, isso se deve em boa parte ao fato de eu ter participado do catolicismo durante boa parte da minha vida, além dos demais espaços em que percebia a relação direta da vivência das religiões de matriz africana como algo pejorativo e maléfico.

Além disso, não tenho lembranças de nenhum/a outro/a docente que se declarasse umbandista ou de outra religião de matriz africana. Durante a pesquisa, a religiosidade da professora se tornou um dos aspectos mais importantes, pois o lugar que a comunidade escolar direcionava a ela era diferente das significações dadas aos/às professores/as de religiões cristãs de histórico eurocêntrico. Possivelmente, eu não me recordo de outros/as professores/as assumidamente de religiões “marginais” pela dificuldade que “muitas pessoas [...] têm [...] em se assumirem publicamente uma religião que tem o histórico de não ser reconhecida com respeito, ou mesmo de se assumirem enquanto ateias por temerem rechaços e discriminações” (DUQUE, 2014, p. 62).

Assim, percebi a necessidade de conhecer o terreiro que aquela professora participava como um movimento importante da pesquisa. No entanto, o meu contato com a macumba não foi tranquilo.

A força do discurso do desconhecido também incidiu sobre mim, gerando uma espécie de temor que foi produzido pelos discursos religiosos que tive contato no decorrer de minha vida. Essa força, no entanto, não foi capaz de me paralisar ou gerar aversão a ponto de não me permitir conhecer esses outros espaços de formação religiosa. Essa é uma característica importante de nossas pesquisas: os incômodos não se tornam necessariamente barreiras, em muitos momentos, são forças impulsionadoras. Usamos a dualidade dessa relação de aversão e atração para nos mobilizar, para também repensar a nós mesmos e os processos que nos atravessam no desenvolvimento da pesquisa.

Ao chegar ao terreiro que a professora participava, fui muito bem recebido e percebi que há diversos aspectos da religiosidade cristã católica no trabalho (forma em que o culto é chamado), elementos tipicamente católicos como a veneração aos santos, a virgem Maria, ao próprio Jesus Cristo, além da presença de diversas imagens. Havia também elementos de outras religiões como espiritismo kadercista, e até elementos menos evidentes, que também são compartilhados por alguns cultos protestantes neopentecostais como a expressão da mágica, na qual espíritos são incorporados e se manifestam (MARIANO, 1996). Além disso, os discursos de caridade, cuidado e amor foram evocados durante todo o tempo.

Ainda desejo me apegar a essa minha vivência na macumba para falar de outro ponto que considero relevante nas pesquisas pós-estruturalista: a [trans]formação. Pois aquele primeiro contato com a religiosidade de matriz africana foi tão importante para mim, que me [trans]formou, possibilitou que todos aqueles discursos preconceituosos que ouvi durante a minha vida fossem tirados do lugar, cedendo espaço para narrativas mais acolhedoras e que possibilitaram uma relação de atração que me fizeram voltar àquele espaço muitas outras vezes, não apenas com a intenção de pesquisar, mas de conhecer, de experienciar a dinâmica e filosofia [re]produzida naquele terreiro. Associo esse meu processo de pesquisa-transformação ao que Foucault diz ao relatar sua experiência em escrever livros:

os livros que escrevo representam para mim uma experiência que desejo ser o mais rica possível. Conforme você passa por uma experiência, ocorre uma mudança. Se eu tivesse que escrever um livro para comunicar o que já sei, nunca teria coragem de iniciá-lo. Escrevo justamente porque ainda não sei o que pensar sobre um assunto que me chama a atenção. Colocando assim, o livro me transforma, muda meus pontos de vista. Como consequência, cada novo livro altera profundamente os termos dos conceitos alcançados em trabalhos anteriores (FOUCAULT, 2009a, p. 9, tradução nossa).

Foucault (2009a) apresenta essa escrita-transformação ou escrita-experiência como acrescenta Castro (2020) ao dizer desses movimentos de pesquisa e escrita em que o processo [trans]formador é tão intenso que, durante o seu percurso, o/a pesquisador/a já não é mais a mesma pessoa que iniciou

o texto. Larrosa (2011) corrobora com os autores supracitados ao dizer do processo de vulnerabilidade e exposição desse/a sujeito/a que se permite vivenciar o potencial [trans]formador da experiência, “De fato, na experiência o sujeito faz a experiência de algo, mas, sobretudo, faz a experiência de sua própria transformação. Daí que a experiência me forma e me transforma (LARROSA, 2011, p. 7)”.

Assim, nos processos de construção de nossas pesquisas muito mais do que apenas escrever textos para periódicos, livros e eventos, somos modificados nesse trajeto, em muitos aspectos e de formas diferentes. Talvez, pesquisar e produzir conhecimentos sobre viadagens, macumbas e experiências, em uma perspectiva pós-estruturalista, diga também dos nossos investimentos epistemológicos na construção de uma sociedade equânime e acolhedora da diferença.

“A SENHORA SÓ FALA DE VIADO, VIADO E VIADO”: DESLOCAMENTOS E PROBLEMATIZAÇÕES POSTAS A UMA PESQUISADORA QUE TENTA CAMINHAR COM A PERSPECTIVA PÓS-ESTRUTURALISTA

Às vezes, me questiono se o fato de me nomear como uma pesquisadora que assume a corrente teórica metodológica pós-estruturalista poderia ser uma forma de rótulo ou enquadramento, o que seria contraditório, já que essa perspectiva propõe questionar os aprisionamentos e a fixidez, como dito por Louro (2007). Mas, por outro lado, trabalhar com a ótica pós-estruturalista não quer dizer, necessariamente, se fechar internamente a ela ou não suspeitar o que significa operar com essa perspectiva. Trago isso, não no sentido de negar a perspectiva pós-estruturalista, mas sim, de questionar essa nomeação e os seus sentidos.

Antes de me assumir como uma pesquisadora que tenta caminhar nessa vertente, preciso fazer alguns adendos. O primeiro é admitir o meu medo em falhar ao me assumir como alguém que bebe de referenciais pós-estruturalistas. Quando assumo caminhar nessa perspectiva, me comprometo com ela, e o perigo de me nomear como alguém que anda por esse caminho, correndo riscos de não conseguir dar conta dele, me assusta. Talvez, porque de alguma maneira ainda tenha o resquício de um pensamento moderno que insiste em uma certa plenitude ou totalidade das coisas, desconsiderando os desvios e as reinvenções que fazemos dos referenciais e dos métodos.

O segundo é trazer como essa perspectiva me atravessou. Recordo-me que ainda na graduação, inserida no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), participei de uma formação em corpos, gênero e sexualidade, coordenada pelo primeiro autor deste artigo, e durante esse processo formativo passei a duvidar do modo que era conduzida as discussões. Até então, não

sabia do que se tratava, confesso que aquilo me gerou estranheza. Durante todo o processo de formação fiquei impressionada com o modo de condução das discussões.

A maneira do professor em ouvir os posicionamentos das(os) outras(os) sujeitas(os), de fazer as problematizações e os questionamentos, muitas das vezes sem respostas, nos fazia sair da sala de aula com a cabeça fervilhando com inúmeras interrogações e, até com um sentimento de incompletude, por não ter ouvido uma resposta pronta e acabada. Um misto de sentimentos me acompanhava durante as aulas. Vivia no limbo entre o encantamento e indignação, em especial, quando os meus questionamentos ou das(os) outras(os) estudantes eram postos em dúvida, de modo que uma única questão possibilitava várias problematizações. Como um professor que ministra um curso para estudantes de graduação não respondia às perguntas postas de modo assertivo? Por que estava saindo do curso e voltando para casa com mais interrogações do que quando adentrei na aula?

Confesso que nunca tinha passado por esse tipo de formação durante minha vida e, me deparar com essa outra perspectiva, foi algo novo. Eu nunca tinha passado pelas discussões de sexualidade em que não sentisse explícita a imposição, a ideia de normatização dos corpos, das vivências sexuais e da higienização presentes nos discursos de quem ministrava. Eu ainda vivo em constante processo para não ter a necessidade de ouvir respostas fixas ou acabadas em um simples certo ou errado. Este processo de negação às respostas fechadas foi algo que me delicieei com o passar das aulas. Comecei a me identificar com as conduções propostas pelo professor e uma das características que destaco era o incentivo a expor nossas opiniões e também de escutar a da(o) outra(o).

Hoje penso que a minha indignação inicial com a proposta se baseava no que me foi ensinado. Por muito tempo, vivenciava a pesquisa com base em autoras(es) que foram apresentadas(os) a mim durante a graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas e também ao adentrar o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores. No mestrado me propus a analisar os discursos sobre sexualidade construídos durante as aulas da disciplina Educação para Sexualidade, em uma escola no campo do município de Jequié, BA.

Recordo-me de fazer as leituras de Robert Bogdan e Sari Biklen (1994) e ficar presa a algumas das características relacionadas a uma/um pesquisadora/pesquisador, conforme as orientações dele e dela. De alguma forma, me convenciam de que pesquisar só era viável a partir daquelas indicações. Não posso negar o meu conforto pelo fato de existir uma lista a ser seguida para se inserir no campo como pesquisadora. Durante muito tempo foi mais fácil eu seguir as instruções preestabelecidas.

Mesmo sendo confortável, quando me deparei com os estudos pós-críticos e pós-estruturalistas, passei a me inquietar diante da existência de um *checklist* de atitudes e

comportamentos tão engessados para adentrar no campo. Vestimentas, tom de voz, modo de se movimentar no campo. Contudo, duas delas me chamaram atenção, elas diziam: sejam discretas (os) e passivas (os) (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Como podemos ser discretas(os) e passivas(os) fazendo discussão de gênero e sexualidade nas escolas? Como poderia/posso ser discreta, eu, mulher, cis, negra, de classe popular, na casa dos meus 20 e pouco anos, professora, pesquisadora, uma sujeita até então desconhecida para aquelas pessoas? Passiva, eu? Uma pesquisadora que surge para acompanhar uma professora que ministra a disciplina Educação para Sexualidade, em uma escola no campo do município de Jequié, BA? Esses apontamentos e questionamentos atravessaram a minha experiência ao entrar no campo de pesquisa durante o mestrado.

Dando continuidade, a autora e o autor falam que devemos ser relativamente passivas(os), mostrar interesse no que é investigado, porém, não fazer questionamentos específicos relacionados a área que possam gerar polêmicas ou controvérsias (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Então, fica a pergunta: nós, que assumimos o pós-estruturalismo, conseguimos pensar tais discussões sem que sejam geradas as polêmicas e controvérsias?

Aprendemos com a ciência moderna que não devemos interferir no campo e não sofrer influências dele e a perspectiva pós-estruturalista borra essa compreensão. Apostamos na ideia de que somos influenciadas(os) pelo campo e o influenciemos, assim como somos modificadas(os) por ele e também o modificamos. Para nós, pesquisar tem como fundamento o questionamento, as interrogações que ficaram para trás. Tentamos entender os porquês, achamos válido trabalhar com as questões entendidas como polêmicas, sejam pessoais, difíceis e sensíveis de serem discutidas.

Nos momentos em que penso no ato de pesquisar, assumindo essa perspectiva, me vem à mente a palavra “deslocamentos”, gosto da sensação que ela me provoca. Utilizo dela para ressaltar o que a pesquisa me causa. Pesquisar me possibilita sair de um local para outro, visitar o desconhecido, conhecer novas culturas, quiçá tentar entender as vivências e experiências das (os) outras (os) sujeitas (os) que até então eram desconhecidas por mim.

Por nos distanciarmos do que é entendido como pesquisar por uma maioria, somos a todo tempo interrogadas(os). Querem saber sobre o rigor metodológico da nossa pesquisa, sobre o que de fato estamos falando e o porquê de escolhermos falar sobre a temática. Momentos como estes citados acima são vivenciamos na nossa pele. Quantas vezes somos chamadas(os) para conversas particulares, para prestar explicações, para rerepresentar nossas propostas de pesquisas, inclusive no campo de pesquisa que adentramos.

Tenho na memória uma situação que analiso como experiência, em que a gestora da escola, em que eu desenvolvia a construção das informações da pesquisa de mestrado, me chamou para uma conversa particular. Nesse diálogo, ela quis saber o que eu estava falando com as(os) estudantes durante as aulas da disciplina Educação para Sexualidade, porque ela havia sido questionada por um pai, pastor da comunidade, já que o seu filho afirmou que a “professora nova”, “só falava de viado, viado e viado” durante as aulas.

Hoje afirmo: Sim! Eu falo de viado, viado e viado.

Hoje, trago essa fala como uma resposta ao incômodo que eu tinha desde 2019. Hoje, entendo que deveria ter respondido assim quando arguida a respeito. Ideia simples, contudo, com muito significado para mim. Às vezes, o campo nos cala, nos silencia e precisamos de algum espaço para dar certas respostas que foram engolidas. E vou além, deveria ter acrescentado que falo de lésbicas, bissexuais, travesti, de pessoas transgêneras, de corpos dissidentes e tento questionar o discurso biológico essencialista e hegemônico, sempre que possível.

Na ocasião, lembro que vivenciei um misto de sentimentos, um deles era a sensação de não dar conta do que estava proposto. Fica a questão: como eu, que estou ali para problematizar discursos, provocar incertezas, me incomodo com um questionamento? Ainda carrego dúvidas sobre a situação, contudo, após esse momento que descrevi acima, me recordei de uma palestra do Prof. Dr. Anderson Ferrari, que discute gênero e sexualidade na escola, o que me reconfortou momentaneamente.

Ele destacou que, às vezes, ao ministrarmos aulas sobre as temáticas de diversidade de gênero e sexual, provocamos muitas pessoas e, não é raro, sermos chamadas(os) para prestar explicações sobre nossas aulas, seja pela equipe gestora da escola ou pela família das (os) estudantes. Quando isso não acontece, nós precisamos desconfiar do nosso trabalho, pois, talvez, não estejamos construindo problematizações. Em geral, falar sobre gênero e sexualidade é provocar incômodos, polêmicas e/ou desconfortos no corpo docente e discente, mesmo que seja em um grupo restrito.

Quando sou chamada para prestar esclarecimentos e me sinto chateada/entristecida, não fui capaz de analisar a situação com um olhar de pesquisadora. Mas hoje, escrevendo esse artigo, consigo problematizar para além desses sentimentos que foram externalizados. De fato, fiquei entristecida com a situação ou com a minha retirada de autoridade, essa construída em relação ao meu lugar de pesquisadora.

É válido salientar que durante a minha estadia na escola, até o ocorrido momento, sempre fui vista como a detentora máxima do conhecimento atrelado aos estudos de gênero e sexualidade. Vivi situações em que a professora responsável por ministrar o componente curricular afirmou que eu

sabia muito mais que ela sobre o assunto. Por vezes, durante as aulas, ela pedia a minha autorização para problematizar sobre determinadas questões, assim, a todo tempo ela solicitava o meu aval sobre o que estava sendo discutindo, chegando ao ponto de pedir para ser corrigida caso estivesse “falando besteira”.

Quando ocorriam situações como descritas acima, lembro de me dirigir a professora e a negar as suas colocações, afirmando que não existia saber mais ou menos entre nós, que estávamos ali para trocas e aprendizagens mútuas. De fato, estava ali para trocas, como é proposto pela perspectiva que assumo seguir, ou me sentia envaidecida como “status” recebido?

Hoje, após um pouco mais de experiência, fazendo o movimento de me afastar, olhar de fora a situação e analisar os momentos em que estava em sala de aula acompanhando a professora regente da disciplina Educação para Sexualidade, problematizo: o que legitimava o meu lugar de poder em ser lida como referência para as discussões? (FOUCAULT, 2009b). Seria o fato de não ser questionada? E por isso manter minha autoridade sobre o assunto de forma intacta.

De alguma forma, a minha autoridade como pesquisadora foi posta em xeque, quando sou chamada para conversar com a diretora da escola e prestar esclarecimentos sobre os conteúdos que estava discutindo em sala de aula. Naquele momento, o meu conhecimento foi posto à prova. Então, com esta experiência vivencio os extremos, fui da pesquisadora exaltada pelo conhecimento, a questionada pelo meu discurso durante as aulas.

Considero potente refletir sobre a relação saber-poder e, como ela nos encanta e seduz. Hoje, desconfio que estou continuamente neste emaranhado, em disputas infundáveis. Retomo a ideia mais comum e corriqueira do pesquisar e, como mesmo assumindo caminhar com referenciais pós-estruturalistas, fui seduzida pela noção da autoridade inquestionável da (o) pesquisadora trazida por perspectivas outras. A minha contradição é notória quando o meu discurso não apresenta uma coerência com a perspectiva teórica-metodológica que me comprometi. O meu discurso é minado pelos meus desejos interiores (FOUCAULT, 2008).

Volto ao início desse tópico e ao meu desassossego em relação aos rótulos fixados, me preocupo em me assumir como tal, pois mesmo me debruçando sobre a perspectiva pós-estruturalista também recaio nos nuances e armadilhas postas. Não entendo isso como negativo, mas como um deslocamento.

Enquanto pesquisadora, vivo a ideia constante de me mover de um local para outro, de assumir incertezas, riscos postos pelo campo e pelo meu discurso. Mesmo me assumindo pós-estruturalista,

tento, a todo tempo, não me aprisionar e não ser enquadrada. Para mim, ser pós-estruturalista vai muito além do título, se constrói com as experiências adquiridas no nosso fazer pesquisa.

O QUE A PERSPECTIVA PÓS-ESTRUTURALISTA TEM NOS ENSINADO?

Talvez o maior desafio ao assumir a ótica pós-estruturalista seja dar o pontapé inicial e adentrar esse caminho sem a pretensão de ter uma bússola que nos guie, seguramente, no percurso e, portanto, nos arriscar pelos desvios, pelos descaminhos, pelos caminhos mais fechados e em rotas que ainda não foram percorridas por outras(os), ou caso tenham sido, que possamos transitar nelas de outras maneiras.

Caminhar sem conhecer o trajeto ou sem saber onde chegaremos é um desafio grande para as(os) pesquisadoras(es) que escolhem a perspectiva pós-estruturalista, sobretudo, se ainda forem iniciantes na pesquisa, pois o medo e a insegurança podem incitá-las(os) a buscar o que já está mais conhecido e que pode oferecer menos riscos e menos perigos.

Dessa forma, muitos(as) pesquisadores(as) preferem não se aventurar e optam pela tranquilidade e o sossego. Não foi o que as(os) pesquisadoras(es) que escrevem este artigo fizeram. Nós optamos por nos jogarmos nesta possibilidade de fazer pesquisa. Há um dito ancestral que fala “mar calmo nunca fez bom marinheiro”, por isso, resolvemos nos aventurar em mares revoltos, pois navegar na tempestade, talvez, nos exija mais.

Assim, as experiências trazidas neste artigo também nos apontam para essa disponibilidade de se permitir andar, pelo desconhecido, o que pode gerar (des)embaraços, como foi apresentado nos relatos acima descritos. Permitir-se conhecer um terreiro de umbanda pode ser um exercício de quebrar barreiras, especialmente, para quem nunca se viu adentrar neste espaço. Ao mesmo tempo, enfrentar as verdades construídas em torno de uma vivência protestante é um desfazer-se e não ter receio de ser nomeada de “a pesquisadora de viadagem”.

De outro modo, a construção identitária do ser pesquisador(a), na perspectiva pós-estruturalista, pressupõe olhar para si mesmo, para suas inquietações, seus desejos, suas marcas e não ter receio em trazê-las à tona, já que tudo isso nos constrói. Desta forma, constituir-se um/a pesquisador/a gay, negra, como trazido neste trabalho, e com tantas outras marcas identitárias não hegemônicas, significa compreender a importância de se colocar e não ter receio de que estejamos implicados em nossas pesquisas. Isso nos gera um encantamento em poder dizer de nós e de nossas

vivências sem receio de que isso contamine nossas pesquisas, como já relatado por outras perspectivas de pesquisa.

Ao mesmo tempo, somos instigadas(os) a compreender que, por estarmos em construção permanente e, por desejarmos que o campo fale conosco, ao invés de nós falarmos ou trazermos as respostas para o campo, a autoridade de pesquisador/a é posta em xeque. Continuamente, somos indagadas(os) sobre o que fazemos e o que falamos e isso nos permite também ampliar nossa perspectiva sobre o que é pesquisar e o ser pesquisador(a).

Como dito por Meyer e Soares (2005, p. 43), as pesquisas pós-estruturalistas “podem nos propiciar travessias instigantes, que não só provocam o pensamento como complexificam e (re)mencionam os limites da própria vida ou, mais simplesmente, de nossos olhares e viagens”.

Com essas experiências trazidas neste artigo, ousamos relatar que a perspectiva pós-estruturalista tem nos ensinado a cada dia a nos (des)encantar pelas nossas pesquisas. Tem nos ensinado que a vivência de pesquisador(a) é subjetiva, o que toca um/a, não necessariamente toca a/o outra/o e isso possibilita produzir a multiplicidade de experiências de quem ousa navegar neste mar nada calmo, nomeado, pós-estruturalismo.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. D’A. **A construção social da cor**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BARBOSA, R. M.; AQUINO, E. M. L. de. Cultura sexual, ciência e política: uma entrevista com Richard Parker. **Cadernos de Saúde Pública**. v. 19, 2003.

BÍBLIA, A. T. Efésios. In BÍBLIA. Português. **Bíblia de Referência Thompson**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição rev. e corr. Compilado e redigido por Frank Charles Thompson. São Paulo: Vida, 1992.

BIKO, S. **Escrevo o que eu quero**. Série Temas, vol. 21. Sociedade e Política. Trad. Grupo Solidário São Domingos. São Paulo: Ática, 1990 [1978].

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Coleção Ciências da Educação. Porto Editora. Portugal, 1994.

CASTRO, R. P. de. Trajetórias de pesquisa, trajetórias de vida: experiência e constituição de um pesquisador. **Revista práticas de linguagem**, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, pp. 175-187, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/praticasdelinguagem/article/view/33210>

DUQUE, T. Religiosidades e Educação Pública. In: MISKOLCI, R. JÚNIOR, J. L. (org.) **Diferenças na Educação**: outros aprendizados. São Carlos: EdUFSCar, 2014, 253 pág.

FIGUEIREDO, R. S.; SOUZA, M. L. de. “Ave Maria, chegou a macumbeira!”: tensões no ensino da história e cultura afro-brasileira na escola. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 13–20, 2018.

FIGUEIREDO, R. S.; SOUZA, M. L. de. Trabalha com viadagem na escola, por que não? Andanças, percalços e resistências de uma professora da educação básica. **Revista Fórum Identidades**, v. 32, nº 1, p. 131-148, jul-dez. de 2020.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **El yo minimalista y otras conversaciones**. Buenos Aires: La Marca Editora, 2009a.

FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder**. Rio de Janeiro: Forense, 2009b.

GUIMARÃES, A. S. A. Raça, cor, cor da pele e etnia. **Cadernos de Campo**, v. 20, pp. 265-272, 2011.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, n. 19, pp. 20-28, 2002.

LARROSA, J. Literatura, experiência e formação: uma entrevista de Jorge Larrosa. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, pp. 129-156.

LARROSA, J. Experiência e alteridade em educação. **Reflexão & Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, pp. 4-27, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar, escrever. **Educação, sociedade & Cultura**, nº 25, pp. 235-245, 2007.

MARIANO, R. Igreja Universal do Reino de Deus: a magia institucionalizada. **Revista USP**. São Paulo. 1996.

MEYER, Dagmar Estermann; SOARES, Rosângela de Fátima. Modos de ver e se movimentar pelos “caminhos” da pesquisa pós-estruturalista em Educação: o que podemos aprender com – e a partir de – um filme. In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (Orgs.). **Caminhos Investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

OLIVEIRA, M. R. G. de. **O Diabo em forma de gente: (R)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. 1ª edição. Salvador: Editora Devires, 2020.

ROSA, A. R. Relações raciais e estudos organizacionais no Brasil. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 18, n. 3, pp. 240-260, jun., 2014.

SANCHES, J. O lugar de fala é uma experiência carnal. In: NOGUEIRA, G. MBANDI, N; TRÓI, M. de (org.). **Lugar de fala: conexões, aproximações e diferenças**. 1ª edição. Salvador: Editora Devires, 2020, pp. 43 – 47.

SOUZA, L. M.; SOUZA, M. L. “Não morreram de amor, morreram de promiscuidade, morreram por descuido mesmo”: discursos de professoras sobre tendenciosidades e vulnerabilidades ao HIV/aids mediados por artefatos culturais. **Revista Debates Insubmissos**, Caruaru, PE. Brasil, v.1, n.1, p. 138-157, 2018.

VEIGA-NETO, Alfredo. Didática e as experiências em sala de aula: uma visão pós-estruturalista. **Educação e Realidade**, v. 21, n. 2, pp. 161-175, jul./dez., 1996.